



**DEMONSTRAÇÕES**

**CONTÁBEIS**

A 3D rendered scene featuring a blue electrical outlet on a wall. In the foreground, there are several blue electrical components, including a power cord and a plug. A white rectangular sign is positioned in the scene, displaying the year '2013' in a blue serif font.

**2013**

## BALANÇO PATRIMONIAL

### EM 31 DE DEZEMBRO

### A T I V O

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2013	2012
<b>Circulante</b> .....	<b>16.581</b>	<b>19.374</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.055	1.597
Consumidores .....	8.559	9.625
Impostos a Compensar .....	1.183	760
Créditos a Receber .....	1.809	1.696
Estoques .....	2.259	4.158
Serviços em Curso .....	915	804
Despesas Antecipadas .....	801	734
<b>Não Circulante</b> .....	<b>76.480</b>	<b>58.273</b>
Aplicações Financeiras .....	188	129
Depósitos Vinculados a Litígios .....	76	87
Impostos a Compensar .....	1.288	663
Ativo Financeiro .....	16.215	14.276
Outros Créditos .....	15	35
	<b>17.782</b>	<b>15.190</b>
Investimentos .....	130	125
Intangíveis - em Serviço.....	32.087	21.545
Intangíveis – em Curso.....	26.481	21.413
	<b>58.698</b>	<b>43.083</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....	<b>93.061</b>	<b>77.647</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

## BALANÇO PATRIMONIAL

### EM 31 DE DEZEMBRO

### PASSIVO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2013	2012
<b>Circulante</b> .....	<b>24.862</b>	<b>19.378</b>
Fornecedores .....	7.150	5.361
Folha de Pagamento .....	91	100
Tributos e Contribuições Sociais .....	4.550	2.755
Distribuição de Lucros .....	38	41
Empréstimos e Financiamentos .....	3.115	5.255
Obrigações Estimadas .....	715	807
Taxas Regulamentares .....	3.581	3.226
Outras Obrigações .....	5.622	1.833
<b>Não Circulante</b> .....	<b>35.241</b>	<b>37.053</b>
Fornecedores .....	2.469	18.313
Empréstimos e Financiamentos .....	24.506	15.288
Tributos e Contribuições Sociais .....	7.319	2.442
Outras Obrigações .....	247	310
Provisões Passivas .....	700	700
<b>Patrimônio Líquido</b> .....	<b>32.958</b>	<b>21.216</b>
Capital Realizado Atualizado .....	8.300	8.300
Reservas de Capital .....	468	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial .....	30.339	17.152
Reservas de Lucros .....	161	161
Prejuízo Acumulado .....	- 6.310	- 4.397
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>93.061</b>	<b>77.647</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	<b>2 0 1 3</b>	<b>2 0 1 2</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b> .....	<b>91.411</b>	<b>78.170</b>
Fornecimento de Energia Elétrica .....	65.063	70.257
Receita de Construção de Infraestrutura Concessão ..	21.081	6.824
Outras Receitas .....	5.267	1.089
<b>Deduções da Receita Operacional</b> .....	<b>21.324</b>	<b>26.091</b>
Taxas Regulamentares .....	1.039	4.250
Icms .....	14.116	15.220
Cofins/Pasep/Iss .....	6.169	6.621
<b>Receita Operacional Líquida</b> .....	<b>70.087</b>	<b>52.079</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b> .....	<b>60.487</b>	<b>47.795</b>
Custo com Energia Elétrica .....	30.560	29.550
Custo de Construção de Infraestrutura Concessão ..	21.081	6.824
Custo de Operação .....	8.846	11.421
Pessoal .....	6.320	8.129
Material .....	394	635
Serviço de Terceiro .....	594	816
Depreciação / Amortização .....	1.188	1.316
Outras Despesas .....	350	525
<b>Lucro Operacional Bruto</b> .....	<b>9.600</b>	<b>4.284</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>6.602</b>	<b>7.302</b>
Despesas com Vendas .....	2.086	2.048
Despesas Gerais e Administrativas .....	4.516	5.254
<b>Resultado do Serviço</b> .....	<b>2.998</b>	<b>- 3.018</b>
Resultando Financeiro .....	- 4.560	- 1.379
<b>Resultado Operacional</b> .....	<b>- 1.562</b>	<b>- 4.397</b>
<b>PREJUÍZO/LUCRO ANTES CONTR.SOCIAL e I. RENDA</b> .	<b>- 1.562</b>	<b>- 4.397</b>
Provisão para Contribuição Social .....	0	0
Provisão para Imposto de Renda .....	0	0
<b>PREJUÍZO/LUCRO LÍQ. ANTES DA REV.JUROS S/CP</b>	<b>- 1.562</b>	<b>- 4.397</b>
Reversão Juros sobre o Capital Próprio .....	0	0
<b>PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO</b> .....	<b>- 1.562</b>	<b>- 4.397</b>
Prejuízo/Lucro p/Ação do Capital Social (R\$) .....	- 1,02	- 2,88

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.13 e 31.12.12

Legislação Societária

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONI AL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS EM 31.12.11 (R\$)</b>	<b>8.300</b>	<b>0</b>	<b>3.276</b>	<b>928</b>	<b>0</b>	<b>12.504</b>
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	- 767		- 767
Constituição Reservas	-	-	13.876	-	-	13.876
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	- 4.397	- 4.397
<b>SALDOS EM 31.12.12 (R\$)</b>	<b>8.300</b>	<b>0</b>	<b>17.152</b>	<b>161</b>	<b>- 4.397</b>	<b>21.216</b>
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	-	-	-
Const/Ajustes de Reservas	-	468	13.187	-	- 351	13.304
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	- 1.562	- 1.562
<b>SALDOS EM 31.12.12 (R\$)</b>	<b>8.300</b>	<b>468</b>	<b>30.339</b>	<b>161</b>	<b>- 6.310</b>	<b>32.958</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 3	2 0 1 2
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>		
Receitas de Venda de Energia Elétrica .....	70.330	71.346
Receita de Construção de Infraestrutura .....	21.081	6.824
Provisão p/Crédito Liquidação Duvidosa .....	- 476	- 261
	<b>90.935</b>	<b>77.909</b>
<b>(-) INSUMOS</b>		
Custo da Energia Comprada .....	30.560	29.550
Custo de Construção de Infraestrutura .....	21.081	6.824
Materiais .....	572	856
Serviço de Terceiros .....	2.011	2.257
Encargos Setorial .....	1.039	4.250
Outros Encargos .....	767	1.621
	<b>56.030</b>	<b>45.358</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO .....</b>	<b>34.905</b>	<b>32.551</b>
Quotas de Depreciação .....	1.439	1.596
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO .....</b>	<b>33.466</b>	<b>30.955</b>
Receitas Financeiras .....	759	1.123
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR .....</b>	<b>34.225</b>	<b>32.078</b>
<b><u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u></b>		
<i>Empregados e Administração:</i>		
Remuneração do Trabalho .....	5.098	5.850
Encargos Sociais (exceto Inss).....	762	551
Benefícios .....	1.869	1.572
Provisões .....	1.330	1.351
Indenizações Trabalhistas .....	8	1.210
Custos Imobilizados.....	- 642	- 280
	<b>8.425</b>	<b>10.254</b>
<i>Governos:</i>		
Icms .....	14.116	15.220
Pis/Cofins .....	6.169	6.621
Inss .....	1.642	1.753
Imposto Renda e Contribuição social .....	0	0
Outros .....	58	72
	<b>21.985</b>	<b>23.666</b>
<i>Financiadores:</i>		
Despesas Financeiras.....	5.320	2.502
Aluguéis .....	57	53
	<b>5.377</b>	<b>2.555</b>
<i>Acionistas:</i>		
Remuneração do Capital Próprio.....	0	0
Lucros Retidos/Prejuízo .....	- 1.562	- 4.397
	<b>- 1.562</b>	<b>- 4.397</b>
<b>VALOR DISTRIBUIDO .....</b>	<b>34.225</b>	<b>32.078</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2013	2012
<b>Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro/Prejuízo líquido do exercício .....</b>	<b>-1.562</b>	<b>-4.397</b>
<b>Despesas/receitas que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação/Amortização .....	1.439	1.596
Baixas Ativo Intangível .....	201	350
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa .....	- 253	- 13
	<b>1.387</b>	<b>1.933</b>
<b>Geração bruta de caixa .....</b>	<b>- 175</b>	<b>-2.464</b>
Consumidores .....	- 816	1.806
Impostos a Compensar .....	422	572
Estoque .....	-1.898	2.026
Despesas Antecipadas .....	67	474
Serviços em Curso .....	110	171
Ativo não Circulante .....	653	185
Créditos a Receber e Outros .....	115	- 670
	<b>-1.347</b>	<b>4.564</b>
Fornecedores .....	-14.056	19.716
Folha de Pagamento .....	- 9	11
Tributos e Contribuições Sociais .....	6.672	- 1.345
Taxas Regulamentares .....	356	447
Demais Passivos .....	3.635	905
	<b>3.402</b>	<b>-19.734</b>
<b>Geração operacional de caixa .....</b>	<b>-1.880</b>	<b>-17.634</b>
<b>Atividades de investimentos e financiamentos</b>		
Investimentos no ativo permanente .....	-6.055	-21.542
Contribuição e doação do consumidor .....	318	788
Empréstimos e Financiamentos .....	7.078	7.730
Dividendos e Juros s/Capital Próprio .....	-3	- 271
	<b>-1.338</b>	<b>- 13.295</b>
<b>Geração líquida de caixa .....</b>	<b>- 542</b>	<b>- 4.339</b>
<b>Saldo das disponibilidades</b>		
No início do período .....	1.597	5.936
No fim do período .....	1.055	1.597
<b>Aumento (redução) nas disponibilidades .....</b>	<b>- 542</b>	<b>- 4.339</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## **NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

### **Contexto Operacional:**

A Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho/RS, é uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia, sendo tais atividades regulamentada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de geração e distribuição de energia elétrica: Na área de geração a empresa possui 02 PCH com potência instalada de 3.100 kW, gerando em torno de 15% da demanda. Na área de distribuição a empresa atende sete municípios com 35.000 consumidores na sua área de concessão, localizados na região norte do estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Carazinho.

### **Reajuste Tarifário Anual**

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde considera-se os custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X.

### **Revisão Extraordinária de tarifas 2013**

O Governo Federal editou por meio da Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. A ANEEL, com o objetivo de atender as determinações contidas na referida Lei, realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias - RTE em janeiro de 2013, sendo que o efeito médio para os consumidores residenciais de baixa tensão da RTE da Companhia foi de 18,07%, conforme Resolução Homologatória da Aneel nº 1468 de 24 de janeiro de 20131.

### **Revisão Tarifária Periódica de 2013**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.556 de 27 de junho de 2013 homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica da ELETROCAR. As tarifas da base econômica foram, em média, reposicionadas em 8,36% (oito vírgula trinta e seis por cento), sendo -0,26% (zero vírgula vinte e seis por cento negativos) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 8,62% (oito vírgula sessenta e dois por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Composição da Base de Remuneração Regulatória:

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.



Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Remuneração do Capital e Quota de Reintegração	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	44.172.618
(2) Índice de Aproveitamento Integral	74.627
(3) Obrigações Especiais Bruta	9.249.103
(4) Bens Totalmente Depreciados	9.410.185
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	25.438.703
(6) Depreciação Acumulada	21.009.218
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	23.163.400
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	40.151
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	23.123.249
(10) Almoarifado em Operação	537.430
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	7.848.659
(13) Terrenos e Servidões	1.482.132
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	17.294.151
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	3.339.666
(17) Taxa de Depreciação	3,78%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	961.502
(19) WACC real antes de impostos	11,36%
(20) Taxa RGR PLPT 1,35%	1,35%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	3,62%
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.706.125

#### **Apresentação:**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica" e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho 4413/13 SFF/ANELL.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC – Estrutura Conceitual): As concessionárias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com esse pronunciamento, que, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Concessionária reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios, não são, de acordo com esses pronunciamentos, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem a definição de ativos e/ou passivos.

#### Contratos de Concessão (CPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado.

Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo “bifurcado” em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

#### Práticas Contábeis Específicas do Setor:

- **CVA** - Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A - Ativos e Passivos Regulatórios. São despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente e não inclusas na tarifa e respectivos encargos. São apropriados ao resultado à medida em que a receita correspondente for faturada aos consumidores, conforme determina a Portaria 296 de 25/10/01 e resoluções complementares da Aneel.

- **Imobilizado** - está registrado ao custo de aquisição, ou construção corrigido monetariamente até 31/12/95. A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme determina a Portaria Aneel 367/09 de acordo com as taxas definidas pelas Resoluções 457/09 e 474/11 da Aneel.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

- **Obrigações especiais vinculadas à concessão** - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

#### Práticas Contábeis Gerais:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Consumidores, Contas a receber de clientes e outros** - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

- **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

- **Estoques** - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

- **Receitas de fornecimento de energia elétrica** - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

- **Fornecimento de energia elétrica não faturado** - até 31-12-13 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

- **Receita e Custo de Construção** – O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a “zero”, considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.

• **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE** - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

• **A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias** estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.

• **Ativo Financeiro – Indenizável (concessão)** – refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

• **Ativos Intangíveis** - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

• **Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social** - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

• **Despesas pagas antecipadamente** - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

• **Aplicações Financeiras** - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

• **Pis/Cofins** – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% e 7,60%.

• **Ajuste de Avaliação Patrimonial** - é revertida para lucros acumulados pela realização da depreciação e baixas do ativo imobilizado.

A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC T 19.10, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

• **Dividendos** - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

• **Provisões** - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

• **Demais direitos e obrigações** - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

• **Questões ambientais** - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

#### **Concessão:**

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica :

<b>Data Assinatura</b>	<b>Contrato nº</b>	<b>Tipo Concessão</b>	<b>Vencimento</b>
18/10/2000	084/2000	Distribuição	07/07/2015
27/12/2000	108/2000	Geração	17/01/2023

A lei 9.074/95 não prevê a renovação das concessões cujos contratos já foram prorrogados. Até o momento estão indefinidas as mudanças das regras para a renovação das concessões atuais.

Os contratos de concessão tem prazo de vigência de vinte (20) anos, podendo ser renovados por um período de mais vinte anos, desde que solicitados pela Concessionária até 36 meses antes do vencimento do contrato. Os contratos de concessão conferem ampla liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. Os contratos contem cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço, no final da concessão.

Em 2013 a empresa em atendimento as disposições da legislação, manifestou seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

#### **Sumário das principais práticas contábeis:**

##### **Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

<b>Disponíveis</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixa e depósitos bancários a vista	318	343
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	653	1.207
Numerário em Trânsito	84	47
<b>Total</b>	<b>1.055</b>	<b>1.597</b>

## Nota 02 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas +90 dias	2013	2012
Residencial	1.554	754	257	2.565	2.949
Industrial	917	165	145	1.227	1.217
Comercio e Serviços	1.386	295	542	2.223	2.134
Rural	410	61	15	486	521
Poder Público	97	7	1	105	157
Iluminação Pública	128	40	0	168	214
Serviço Público	116	0	0	116	123
Serviço Taxado e Outros	59	56	50	165	143
(-) Arrecadação Proc.Clas	- 4	0	0	- 4	- 10
Enc. Cap. Emergencial	0	0	7	7	7
Renegociação/Parcelam	49	14	345	408	561
Não Faturado	1.855	0	0	1.855	1.991
Participação Financeira	227	2	0	229	357
<b>Subtotal</b>	<b>6.794</b>	<b>1.394</b>	<b>1.362</b>	<b>9.560</b>	<b>10.364</b>
(-) Crédito Líq. Duvidosa	-	-	- 991	- 991	-739

## Nota 03 – Tributos e Contribuições a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Tributos	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2013	2012	2013	2012
Icms – compras ativo Imobilizado	581	208	1.109	415
Outras retenções/compensar	174	467	0	0
Pis/Pasep	280	2	179	248
Ir/Cs	148	83	0	0
<b>Total</b>	<b>1.83</b>	<b>760</b>	<b>1.288</b>	<b>663</b>

## Nota 04 – Créditos a Receber

São representados por diversos tipos de créditos, sendo:

Composição	2013	2012
Parcelamentos de Contas de Energia	362	368
Convênios de Arrecadação	206	206
Cheques em Cobrança	29	55
Rendas a Receber	38	16
Subvenção Residencial Baixa Renda	151	483
Subsídios Tarifários	315	-
Adiantamento a Fornecedores	486	92
Adiantamento de Dividendos	203	191
Serviços a Receber	25	15
Alienação de Bens	278	527
Depósitos Vinculados	18	20
Outros	71	95
<b>Soma</b>	<b>2.182</b>	<b>2.068</b>
(-) Crédito Liquidação Duvidosa	- 373	- 372
<b>Total</b>	<b>1.809</b>	<b>1.696</b>

### Nota 05 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais, poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2013	2012
Residencial	304	267
Industrial	178	173
Comercial	498	282
Rural	14	17
<b>Total</b>	<b>991</b>	<b>739</b>
Créditos a receber	373	372
<b>TOTAL</b>	<b>1.364</b>	<b>1.111</b>

### Nota 06 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2013	2012
Manutenção do Sistema	242	254
Construção	1.834	3.551
Consumo Interno	131	338
Outros	52	15
<b>Total</b>	<b>2.259</b>	<b>4.158</b>

### Nota 07 – Serviços em Curso

Refere-se aos custos, apurados através ODS, dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Composição	2013	2012
Pesquisa e Desenvolvimento	416	294
Eficiência Energética	492	491
Outros	7	19
<b>Total</b>	<b>915</b>	<b>804</b>

### Nota 08 – Despesas Antecipadas

Composição	2013	2012
Encargos de Dívidas	120	166
Seguros	30	22
Impostos/Taxas	0	40
Despesas Revisão Tarifária	643	502
Outras	8	4
<b>Total</b>	<b>801</b>	<b>734</b>

### Nota 09 – Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor aplicado refere-se a Título de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela Taxa de Remuneração Básica, aplicada a Caderneta de Poupança e os depósitos pelo IGP-M.



## Nota 10 – Depósitos Vinculados a Litígios

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Classificação	2013	2012
Ações Cíveis	-	-
Ações Trabalhistas	76	87
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>87</b>

## Nota 11 – Investimentos

Bens e Direitos para uso futuro

Bem	2013	2012
Terrenos	110	110
Edificações	5	5
Máquinas e Equipamentos	3	3
Outros	12	7
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>	<b>125</b>

## Nota 12 – Composição do Ativo Intangível e Financeiro

a) - Pela natureza das contas

Intangível	Em milhares de Reais			
	Intangível	Ativo Financeiro	Avaliação	Total
Intangíveis	180	124	535	839
Terrenos	0	26	2.606	2.632
Reservatórios e Barragens	24	95	190	309
Edificações, Obras Cíveis e Benfeit	136	1.646	2.408	4.190
Máquinas e Equipamentos	2.033	18.084	23.583	43.700
Veículos	217	354	834	1.405
Móveis e Utensílios	16	71	183	270
Em Curso	26.481	-	-	26.481
(-) Obrigações Especiais	- 858	- 4.185	-	- 5.043
<b>Total</b>	<b>28.229</b>	<b>16.215</b>	<b>30.339</b>	<b>74.783</b>

Constituição do Intangível	Em milhares de Reais			
	Custo	Amortização	Obrigações Especiais	Total 2013
Em Serviço				
Direito de Uso da Concessão	27.191	-20.400	- 4.185	2.606
Em Curso				
Direito de Uso da Concessão	26.481	0	- 858	25.623
<b>Total líquido</b>	<b>53.672</b>	<b>-20.400</b>	<b>- 5.043</b>	<b>28.229</b>

A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem

que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

#### b) - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSPEE.

A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.

Obrigações Especiais	2013	2012
Contribuição do Consumidor	4.537	3.636
Universalização Serv. Publ. E.Elétrica	132	132
Subvenções para Investimentos	75	75
Incentivos Fiscais	876	876
Outras	337	729
(-) Depreciação	- 914	- 723
<b>Total</b>	<b>5.043</b>	<b>4.725</b>

#### c) – Avaliação de Bens

Avaliação Bens	2013			2012		
	VNR	DPRECIAÇÃO	VMU	VNR	DPRECIAÇÃO	VMU
Intangíveis	1.159	611	548	201	24	177
Terrenos	2.606	-	2.606	2.055	-	2.055
Reservatórios	5.978	5.787	191	3.888	3.724	164
Edificações	5.183	2.757	2.426	3.864	1.895	1.969
Maquinas e Equipamento	46.740	23.307	23.433	30.812	18.626	12.186
Veículos	2.836	1.888	948	1.191	710	481
Móveis e Utensílios	485	298	187	277	157	120
<b>Totais</b>	<b>64.987</b>	<b>34.648</b>	<b>30.339</b>	<b>42.288</b>	<b>25.136</b>	<b>17.152</b>

#### d) – Cálculo da Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas aplicadas são as definidas pelas Resoluções ANEEL 240/06 e 474/11 conforme a Unidade de Cadastro.

#### e) - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

#### f) Recuperabilidade dos Ativos

A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançado na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Consoante ao que determina a NBC T 19.10, aprovada pela Resolução 1.110 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.



De acordo com o art. 63 e 64 do Decreto 41.019/57, os bens e instalações são utilizados na produção transmissão e distribuição de energia elétrica.

### Nota 13 – Passivo Circulante

a) Fornecedores	2013	2012
Suprimento de Energia Elétrica	3.588	3.213
Encargos de Uso da Rede	384	570
Materiais, Serviços e Outros	3.178	1.578
<b>Total</b>	<b>7.150</b>	<b>5.361</b>

b) Tributos e Contribuições Sociais	2013	2012
ICMS Faturamento	389	534
ICMS – Parcelamento	3.222	1.535
INSS	196	162
Imposto de Renda/Contr.Social	23	0
FGTS	56	62
Pis/Pasep	96	65
Pis/Pasep – Parcelamento	109	84
Cofins	444	297
Outros	15	16
<b>Total</b>	<b>4.550</b>	<b>2.755</b>

- Icms Parcelamento - refere-se a débitos de icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica:
  - Convênio 150/04 de 10 de dezembro de 2004 do Confaz e Decreto Estadual 43.755 de 20 de abril de 2005 em meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS.
  - Em dezembro de 2013, através do "Programa em Dia 2013" referente débitos gerados e não pagos em 2013, em meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS
- Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

c) Obrigações Estimadas	2013	2012
Férias	386	437
Gratificação 1/3 de Férias	129	146
Encargos Sociais	200	224
<b>Total</b>	<b>715</b>	<b>807</b>

- Obrigações Estimadas - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e de encargos sociais sobre as provisões.

d) Taxas Regulamentares	2013	2012
Taxa de Fiscalização – ANEEL	7	8
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	40	138
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	44	44
Programa Eficiência Energética – PEE	2.366	1.951
Programa Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.124	960
<b>Total</b>	<b>3.581</b>	<b>3.226</b>

- A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

e) Outras Obrigações	2013	2012
Seguradoras	14	5
Indenizações Trabalhistas	80	395
Juros Eletrobrás	- 4	-4
Convênios arrecadação por conta terceiros	248	243
Multas Aneel – TAC	276	88
Bolha Financeira	4.379	1.051
Provisões Passivas	615	0
Outras	14	55
<b>Total</b>	<b>5.622</b>	<b>1.833</b>

• Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O Item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

• Multas Aneel – TAC - refere-se a multas regulatórias aplicadas pela Aneel pelo descumprimento de metas estabelecidas para o DEC/FEC referente aos anos de 2004 a 2009. Em 16/12/10 a empresa assinou Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, no valor de R\$729.332,04 transformando as multas em obrigações a serem aplicadas no Plano de Obras e Investimentos apresentado pela empresa.

• Bolha Financeira – refere-se a aplicação do Art. 5º da Res. Normativa 243/2006 da Aneel, que por sua vez foi editado para retificar as tarifas fixadas pela REN 2006/2005, porquanto verificou-se que essa metodologia estava em desacordo com o Dec. 4541/02, que previa a possibilidade de aplicação de desconto na TUSD, mas não na tarifa de energia – TE, devendo esta corresponder ao custo médio de compra de energia da Supridora. No caso da Eletrocar esta implementação, agora, foi deferida para minimizar o impacto tarifário, sendo incluído na tarifa o correspondente a 10% em 2012 e 30% em 2013 do passivo, através da REH 1304 de 26/06/12 no valor de R\$1.742.168,93 e REH 1556 de 27/06/13 R\$4.996.273,98, sinalizando-se que nos processos tarifários subsequentes será avaliada a capacidade de repasse do passivo remanescente de R\$11.657.972,61. Contabilmente esta se registrando o valor conforme a realização via receita.

## Nota 14 – Compromissos à Longo Prazo

### a) - Empréstimos e Financiamentos:

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas		Datas		31.12.13			31.12.12		
	%	Prazo	Início	Final	C/P	L/P	Total	C/P	L/P	Total
Eletrobrás (1)	5%aa + var.RGR	120 m	31/07/05	31/07/16	2	5	7	2	7	9
Eletrobrás (2)	5%aa + var.RGR	60 m	11/08/06	11/08/11	0	0	0	136	0	136
Eletrobrás (3)	5%aa + var.RGR	120m	10/01/07	30/12/19	2	7	9	2	9	11
Eletrobrás (4)	5%aa + var.RGR	60m	24/03/09	30/10/16	416	728	1.144	243	1.318	1.561
Eletrobrás (5)	5%aa + var.RGR	120m	09/03/12	11/05/25	0	9.344	9.344	0	4.432	4.432
Badesul	6%aa + var.TJLP	48 m	14/11/06	15/12/12	296	6.825	7.121	0	0	0
Cef	3,96%aa+ CDI	120m	22/11/11	22/02/21	526	3.231	3.757	526	3.772	4.298
Santander	3,66%aa+ CDI	48 m	31/05/11	30/05/16	1.509	1.960	3.469	1.975	6.984	8.959
Banrisul- Bndes	,50	36/48m	2011	2016	229	160	389	229	293	522
Ou Inst. Financ.	0,50	24/36 m	25/08/08	25/11/10	135	2.246	2.381	2.668	2.231	4.899
Consumidores	Igpm	////	////////	////////	0	0	0	0	14	14
<b>Total</b>	<b>////</b>	<b>////</b>	<b>////////</b>	<b>////////</b>	<b>3.115</b>	<b>24.506</b>	<b>27.621</b>	<b>5.255</b>	<b>15.288</b>	<b>20.543</b>

• Os empréstimos junto a Eletrobrás <sup>(2),(4)</sup> foram obtidos para investimentos na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia.

• Os empréstimos junto a Eletrobrás <sup>(5)</sup> foi obtido para construção de uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com SE Carazinho I e entrada da linha na SE.

- Os empréstimos junto a Eletrobrás <sup>(1),(3)</sup> foi obtido para investimentos do Projeto de Eletrificação Rural – Luz para Todos, em 120 meses com carência de 24 meses e juros de 5% a.a. taxa de administração de 2% a.a. e correção pela variação do índice da RGR.
- Os empréstimos junto ao Banrisul/Bndes foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos /equipamentos informática, de 36 a 48 meses.
- Os empréstimos junto às Instituições Financeiras foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos e capital de giro de curto prazo, em no máximo 36 meses.
- Os empréstimos junto a Cef e Santander foram obtidos para financiamentos de capital de giro de curto prazo.
- Os empréstimos junto a Consumidores referem-se a obras executadas na construção de infraestruturas para o fornecimento de energia elétrica por consumidores rurais. Não tem prazo definido para a devolução e estão sendo negociados caso a caso.

#### b) – Tributos e Contribuições:

Tributos e Contribuições Sociais	Parcelas			2013	2012
	Total	Pagas	Saldo	R\$	R\$
Icms	120	104	16	647	2.173
Icms em Dia	60	1	59	6.470	0
Pis/Pasep	48	29	19	202	269
Total	-	-	-	7.319	2.442

#### c) – Fornecedores:

Contratos assinados para execução de obra na construção de uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com SE Carazinho I e entrada da linha na SE. Esses valores estão sendo financiados junto a Eletrobrás e Badesul, estando aprovado o valor de R\$13.134.955,10 com juros de 5,5% e taxa de administração de 2% a.a., 120 meses para pagamento e carência de 36 meses.

Fornecedores	obra	Vlr. Contrato	Faturado	Pago	Saldo CP	Saldo LP
Instaladora Vividense	LT Tapera/Carazinho	17.940.000,00	16.293.062,47	13.774.770,31	2.518.292,16	1.646.937,53
Eletrotec <sup>(11143)</sup>	Serviço	2.382.754,63	2.511.950,37	2.511.950,37	0,00	0,00
		20.322.754,63	18.805.012,84	16.286.720,68	2.518.292,16	1.646.937,53

#### d) – Provisões Passivas:

Refere-se a provisões de débitos tributários, ações trabalhistas de ex-funcionários e cíveis em que a empresa está sendo citada. Estão garantidas por depósito judicial, registrados no Ativo Não Circulante.

Contingências	2013		2012	
	Provisão	Dep.Judicial	Provisão	Dep.Judicial
Trabalhistas	300	76	300	87
Cíveis	400	0	400	0
<b>Total</b>	<b>700</b>	<b>76</b>	<b>700</b>	<b>87</b>

### Nota 15 – Patrimônio Líquido

#### a) – Capital Social

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações		Capital Social R\$	%
		2013	2012		
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.442.100	1.442.100	7.368.624,57	94,5680
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	80.517,22	1,0099
Prefeitura M. de Chapada	ON	34.041	34.041	177.634,86	2,2323
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	64.829,94	0,8122
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	467,97	0,0056
Diversos	PN	20.922	20.922	607.925,44	1,3720
<b>Total</b>	//////	<b>1.524.935</b>	<b>1.524.935</b>	<b>8.300.000,00</b>	<b>100,000</b>

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/13 é de R\$6,11 e R\$13,91 em 31/12/12.

**b) – Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Os ajustes de Avaliação Patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração-BRR de 31/12/2012 ajustado para 2013.

Avaliação Laudo	2013	2012
Voc	64.987	42.288
Depreciação	-34.648	-25.136
<b>Total</b>	<b>30.339</b>	<b>17.152</b>

**c) – Reserva Legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social.

**d) – Reserva de Capital**

Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso.

**e) – Reserva de Lucros**

Constituída com saldo de lucros acumulados, ficando a disposição para deliberação da Assembleia Geral a sua utilização.

**Nota 16 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício**

	2013	2012
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	<b>- 1.562</b>	<b>- 4.397</b>
+ Despesas Inedutíveis	0	0
+ Provisões	476	261
+ Ajuste Exercício Anterior	- 377	0
+ Depreciação s/IPC/BTNF (*)	25	15
- Reversão de Provisões	- 202	- 253
<b>Base de Calculo IR</b>	<b>-1.640</b>	<b>- 4.405</b>
<b>Imposto de Renda</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Contribuição Social (*)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
(-) Deduções Incentivos Fiscais	0	0
<b>Total Tributos a recolher</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Nota 17 – Fornecimento de Energia Elétrica**

Receita de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Fornecimento Faturado:</b>						
Residencial	26.976	26.294	54.437	51.471	26.207	28.362
Industrial	207	209	40.735	35.377	12.187	12.217
Comercial	3.628	3.587	40.607	39.788	17.045	18.741
Rural	3.827	3.787	19.378	18.999	4.744	5.084
Poder Público	327	334	4.165	3.852	1.765	1.871
Iluminação Pública	9	9	8.546	8.470	2.066	2.286
Serviço Público	17	17	5.031	4.776	1.354	1.503
Consumo Próprio	9	9	211	207	-	-
<b>Receita Faturada E.Elétrica</b>	<b>35.000</b>	<b>34.246</b>	<b>173.110</b>	<b>162.940</b>	<b>65.368</b>	<b>70.064</b>
Não Faturado	-	-	-	-	- 136	193
Excedente Reativos/Ultrapassagem	-	-	-	-	- 169	0
Receita de Construção	-	-	-	-	21.081	6.824
Outras Receitas	-	-	-	-	5.267	1.089
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91.411</b>	<b>78.170</b>

- **Receitas de fornecimento de energia elétrica** são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.
- **Receita não faturada**, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.
- **Receita de Construção**, O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.
- **Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda**, conforme Res 463 de 22/11/11, submódulo 2.7 – Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

#### Nota 18 – Deduções a Receita Operacional

Impostos	2013	2012
Icms	14.116	15.220
Cofins	5.056	5.429
Pis/Pasep	1.098	1.179
Iss	15	13
<b>Total</b>	<b>20.285</b>	<b>21.841</b>

Encargos do Consumidor	2013	2012
Reserva Global de reversão – RGR	23	312
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	475	1.650
Conta de Consumo de Combustível - CCC	101	1.703
Programa de Eficiência Energética	220	225
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	220	225
Outros Encargos	0	135
<b>Total</b>	<b>1.039</b>	<b>4.250</b>
<b>Total das Deduções</b>	<b>21.324</b>	<b>26.091</b>

#### Nota 19 – Outras Receitas

Receitas	2013	2012
Subvenção Baixa Renda	509	464
Subsídios Tarifários	3.792	0
Renda da prestação de serviços	1	12
Serviço Taxado	207	144
Aluguéis	379	342
Lucro na Alienação/Desativação	268	13
Outras	111	114
<b>Total</b>	<b>5.267</b>	<b>1.089</b>

#### Nota 20 – Custo com Energia Elétrica

Custos	Em MWH		Em R\$	
	2013	2012	2013	2012
Energia Comprada	166.232	167.345	24.947	24.863
Demanda	-	-	2.603	5.084
Encargos de Uso da Rede	-	-	1.627	570
Proinfra	-	-	1.012	828
Bolha Financeira	-	-	3.189	1.051
Custo de Construção	-	-	21.081	6.824
(-) Créditos Pis/Cofins	-	-	- 2.818	- 2.846
<b>Compra Líquida</b>	<b>166.232</b>	<b>167.345</b>	<b>51.642</b>	<b>36.374</b>

## Nota 21 – Despesas

### Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	2013	2012
Pessoal – Empregados	686	726
Administradores	9.381	11.281
Material	573	856
Serviço de Terceiros	2.011	2.257
Custo com Energia Comprada	30.560	29.550
Custo de Construção Infraestrutura	21.059	6.824
Taxa de Fiscalização	93	98
Depreciação/Amortização	1.440	1.596
Impostos e Taxas	58	71
Outras Despesas	870	1.789
Provisões/Reversões	274	8
Baixa bens ativo	62	41
<b>Total</b>	<b>67.067</b>	<b>55.097</b>

### Despesas Operacionais

Despesas com Vendas	2013	2012
Pessoal – Empregados	851	862
Administradores	86	123
Material	116	141
Serviço de Terceiros	594	594
Depreciação/Amortização	17	30
Impostos e Taxas	13	14
Outras Despesas	156	272
Provisões/Reversões	253	12
<b>Total</b>	<b>2.086</b>	<b>2.048</b>

Despesas Gerais e Administrativas	2013	2012
Pessoal – Empregados	2.356	2.428
Administradores	477	481
Material	62	80
Serviço de Terceiros	824	847
Depreciação/Amortização	235	250
Taxa de Fiscalização	93	98
Impostos e Taxas	17	14
Outras Despesas	431	1.060
Provisões/Reversões	21	- 4
<b>Total</b>	<b>4.516</b>	<b>5.254</b>

## Nota 22 – Receitas Financeiras

Receitas	2013	2012
Rendimentos de Aplicações Financeiras	35	265
Acréscimos Moratórios Contas Energia	624	704
Juros de Títulos a Receber	43	93
Outras	57	61
<b>Total</b>	<b>759</b>	<b>1.123</b>

### Nota 23 – Despesas Financeiras

Despesas	2013	2012
Encargos de Dívidas	1.702	832
Juros Bancários/lof	2.204	1.644
Juros e Multas	1.807	473
Multas Dic/Fic/Dicri	258	321
Transferências para Ordens em Curso	-656	-768
Outras	4	0
<b>Total</b>	<b>5.319</b>	<b>2.502</b>

### Nota 24 – Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão cobertos por apólices de seguros, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	R\$	Início	Término
Instalações e Equipamentos	23.980.000,00	16/08/13	16/08/14
Risco principal - Incêndios, Raios, Explosões		-	-
- Danos Elétricos	2.377.000,00	-	-
- Vendaval/Fumaça	2.925.000,00	-	-
Automóveis	Vlr mercado	2013	2014

### Nota 25 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

### Nota 26 – Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/13-12 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados em 31/12/13-12.

### Nota 27 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis/Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor. Em 2013 a alíquota média foi de 4,92% e 5,19% em 2012.

### Nota 28 – Transações com Partes Relacionadas

A empresa tem transações com partes relacionadas principalmente em função da sua atividade, que é o fornecimento de energia elétrica. Com o acionista controlador a empresa mantém algumas transações em forma de comodato, onde as despesas de manutenção são por conta do comodante.

Bem	2013	2012
- Terrenos	110	110
- Edificações	89	89
- (-) depreciação	- 84	-84
- Máquinas e Equipamentos	16	16
- (-) depreciação	- 13	- 13
<b>TOTAL</b>	<b>118</b>	<b>118</b>



### Nota 29 – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

As concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente 1% da receita operacional líquida conforme Resolução Normativa 233/06 em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. A Resolução 176/05 determina o provisionamento contábil pelo regime de competência bem como atualização pela taxa Selic dos saldos não aplicados. Os valores a serem aplicados são registrados no passivo e os gastos efetivos no ativo, quando da conclusão do projeto é feito o encontro de contas e o saldo aplicado a menor é transferido para o ciclo seguinte. Os valores do FNDTC e MME são recolhidos mensalmente à estes órgãos.

	2013			2012		
	Provisionado (211)	Aplicado (112)	Líquido	Provisionado (211)	Aplicado (112)	Líquido
FNDTC	15	0	15	16	0	16
MME	8	0	8	8	0	8
P&D	1.101	416	685	935	294	641
PEE	2.366	492	1.874	1.951	491	1.460
<b>Total</b>	<b>3.490</b>	<b>908</b>	<b>2.582</b>	<b>2.910</b>	<b>785</b>	<b>2.125</b>

### Nota 30 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

### Nota 31 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida e incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

### Nota 32 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

Nas áreas de usinas e barragens, a empresa está desenvolvendo ações de monitoramento da qualidade da água e programas de conservação e vegetação das margens dos reservatórios através da implantação de Área de Preservação Permanente.

### Nota 33 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício 2013:

**Receita Operacional Bruta Anual:** A receita operacional foi de R\$91.389 sendo 16,91% superior a 2012 que foi de R\$78.170. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$65.368 contra R\$70.064 em 2012, tendo uma redução de 7,18%.

**Despesas com Pessoal e Administradores:** As despesas com pessoal em 2013 foram de R\$10.067 e em 2012 foi de R\$12.007 tendo uma redução de 19,27%, sendo impactadas pela redução do número de colaboradores e indenizações trabalhistas. Em 2013 não houve reajuste salarial, sendo que em 2012 foi de 3,00%.

**Custos com Energia Elétrica:** Os custos com energia elétrica foram de R\$30.560 em 2013 e R\$29.550 em 2012, tendo uma redução de 3,42%.

A compra de energia para revenda foi de R\$27.550 em 2013 e de R\$29.947 em 2012, tendo uma variação de 8,70%.

O Proinfa teve um aumento de 22,27% sendo R\$1.012 em 2013 e R\$828 em 2012.

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$1.627 em 2013 e R\$570 em 2012, tendo uma variação de 185,38%.

**Icms s/Faturamento Energia Elétrica:** O Icms faturado foi de R\$14.116 em 2013 e de R\$15.220 em 2012, tendo uma redução de 7,26%.



**Deduções a Receita exceto Icms:** As deduções a receita foram de R\$7.208 em 2013 e R\$10.871 em 2012 tendo uma redução de 33,70%.

**Demais Despesas Operacionais:** As demais despesas operacionais, exceto depreciações, foram de R\$3.942 em 2013 e R\$5.120 em 2012 tendo uma redução de 23,43%.

**Receita Financeira:** As receitas financeiras atingiram o valor de R\$759 em 2013 e R\$1.123 em 2012 tendo uma redução de 32,45%.

**Despesas Financeiras:** As despesas financeiras foram de R\$5.320 em 2013 e R\$2.502 em 2012, tendo um a variação de 112,63%.

**Lucro Ajustado para Dividendo:** Não houve lucro nos exercícios.

**Lucro Operacional da Atividade:** O lucro operacional da atividade foi de R\$2.998 em 2013 e de R\$(3.018) em 2012.

**EBITDA:** Lucro da Atividade excluída as depreciações, em 2013 foi de R\$4.438 e em 2012 de R\$(1.422).

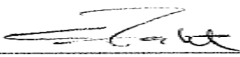
**Capital Circulante Líquido:** O Capital Circulante Líquido foi de R\$(8.281) em 2013 e R\$(3) em 2012.


**Lucro Líquido do Exercício:** O Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício foi de R\$(1.562) em 2013 e R\$(4.397) em 2012.

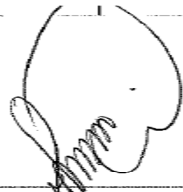
### Indicadores Econômico-Financeiros

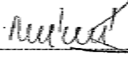
Coeficiente	Formula	Unid	2013	2012
Liquidez Imediata	Disponível Passivo Circulante	%	0,04	0,08
Liquidez Corrente	Ativo Circulante Passivo Circulante	%	0,67	1,00
Liquidez Geral	A.Circ.+Realiz L/P P.Circ.+ Exig. L/P	%	0,30	0,36
Endividamento total	Exigibilidades Total Ativo Total	%	0,87	0,73
Retorno do Capital	Lucro Líquido Patrimônio Líquido	%	(0,17)	(0,21)
Razão Operacional	Despesa Operacional Receita Líquida	%	0,94	1,06
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente Ativo Total	%	0,55	0,60
Despesa Pessoal x Receita Líquida	Despesa Pessoal Receita Líquida	%	0,21	0,23
Energia Comprada x Receita Líquida	Compra Energia Receita Líquida	%	0,62	0,70
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$	(8.281)	(3)
Lucro Operacional Atividade	-	R\$	2.998	(3.018)
Juros s/Capital Próprio	-	R\$	0	0
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$	4.438	(1.422)
Lucro Líquido/Prejuízo	-	R\$	(1.562)	(4.397)

Carazinho, Dezembro de 2013

  
CELSON LUIZ LUFT  
Diretor Presidente  
CPF – 085.723.560-53

  
JOELSON CARLOS PIAZZA BRINGENTI  
Diretor Técnico  
CPF – 258.960.830-68

  
JOSÉ ROBERTO LINCK  
Diretor Adm/Financeiro  
CPF – 288.568.300-38

  
RUY LUIZ TOSSE  
Contador – CRC/RS 40.629  
CPF – 273.968.430-49

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Ilmo. Srs. Acionista, Conselheiros e Diretores da  
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A – ELETROCAR**

1. Examinamos as demonstrações contábeis da companhia **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectiva Demonstração do Resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
2. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** - A Administração da empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
3. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.  
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## 5. Outros assuntos

### **Auditoria de Valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2012, apresentados para fins de comparação, e foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente.

### **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 07 de abril de 2014.



ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA  
CONTADOR CRC/RS 43890.O-9 -CNAI 1076  
CPF 437477870-53

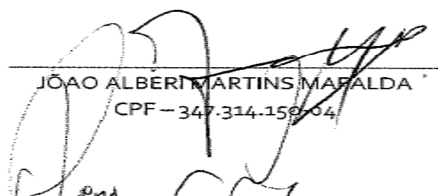
PÉGASUS AUDITORES ASSOCIADOS SS  
CNPJ 06.951.205/0001-39 - CVM AD 13.214/2013  
CRC/RS 4.305

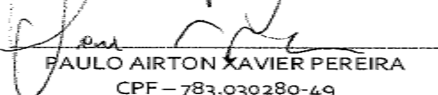
## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S.A., dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas, e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

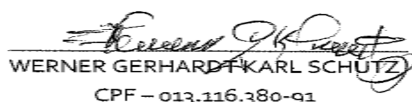
Carazinho/RS, 14 de abril de 2014

  
 JOÃO ALBERT MARTINS MARALDA  
 CPF – 347.314.158-04

  
 PAULO AIRTON XAVIER PEREIRA  
 CPF – 783.030280-49

  
 MÁRIO MARTINS NASCIMENTO  
 CPF – 162.750.040-53


  
 CARLA HILLEBRAND  
 CPF – 965.055.830-68

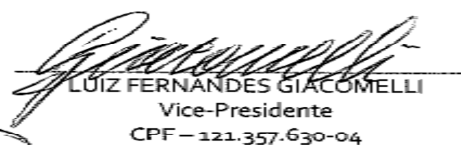
  
 WERNER GERHARDT KARL SCHÜTZ  
 CPF – 013.116.380-91

## DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O membros do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Carazinho S/A, para completar mandato dos anteriores, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo como base os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal decidem aprovar as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2013**, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 14 de abril de 2014

  
 DÉCIO AIRTON JOST  
 Presidente  
 CPF – 347.337.280-34

  
 LUÍZ FERNANDES GIACOMELLI  
 Vice-Presidente  
 CPF – 121.357.630-04

  
 FARCISIO EMÍLIO MULLER  
 Conselheiro  
 CPF – 194.367.850-20